

A EDUCAÇÃO AGOSTINIANA: PRINCÍPIOS E APLICAÇÃO

José Joaquim Pereira Melo *
Walmir Ruis Salinas **

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar princípios da educação agostiniana, bem como a aplicação de parte destes princípios, sugerida por Santo Agostinho. No intuito de lograr êxito neste propósito, foram analisadas obras do tagastense e buscou-se, também, o suporte de obras sobre o bispo de Hipona, na tentativa de se entender o contexto de Santo Agostinho. A partir da análise feita, pode-se inferir que Santo Agostinho, africano de nascimento, cidadão romano por força da lei e cristão por opção, mesmo que tardia, apresentou, em suas ideias sobre educação, uma síntese da formação pragmática romana com a formação de cunho escatológico do cristianismo.

Palavras-chave: Santo Agostinho. Educação. Cristianismo.

AUGUSTINIAN EDUCATION: PRINCIPLES AND APPLICATION

Abstract: The objective of this study was to present the principles of Augustinian education, as well as the application of part of these principles, as suggested by Saint Augustine. As a result, apart from the analysis of his own work, support was also sought on the bibliographical work on the Bishop of Hippo Regius, in an attempt to understand the context Saint Augustine lived and worked. Based on the analysis performed, it was possible to infer that Saint Augustine, African by birth, Roman citizen by the force of the law and Christian by his own option, presented in his ideas on education a synthesis of the Roman pragmatic education with the scatological nature found in Christian education.

Key words: Saint Augustine. Education. Christianity.

Introdução

Santo Agostinho¹, nascido no norte da África, considerado cidadão romano por benefício legal, teve sua formação marcada pela dualidade, seja pelo paganismo do pai e o cristianismo da mãe, seja pelos princípios da educação romana contrapostos com os princípios do cristianismo. Após sua conversão, ocorrida aos trinta e dois anos, abraçou o cristianismo, tornando-se seu árduo defensor, firmando-se na formação dos cristãos e escrevendo sobre diversos temas ligados ao cristianismo. Entre estes temas estava a questão do pecado original. Afirmou mais de uma vez que o homem, antes do pecado, vivia sob a graça divina, livre da luxúria e da concupiscência, com o corpo e a alma ilibados. Após a queda (pecado original), entregue a seu orgulho, o homem distanciou-se do criador, direcionando seu desejo para a criação. Para o teólogo, a única forma de voltar a um estado próximo àquele anterior ao pecado de Adão, seria mediante a graça divina. Tido que o ato de pecar foi escolha livre do homem, não caberia a este, exclusivamente, então, a responsabilidade pela busca de uma ação que fizesse com que o corpo ficasse

submisso à alma, através da docilização, e assim viver sem a malícia do pecado? Ele asseverou que sem a graça isso seria impossível, porém, afirmou, também, que alguns instrumentos poderiam ajudar ao homem na busca por viver sob a graça divina, um deles é a educação. Ao colocar que a educação é um instrumento norteador para o homem viver sob a graça divina, Santo Agostinho sinaliza para a importância da graça na formação do cristão. Por isso, é relevante que se apresente alguns pontos que direcionaram a formação de Santo Agostinho. Entre esses pontos pode-se destacar a concomitância da existência do Império Romano com o cristianismo, acontecimento que propiciou-lhe receber uma educação mesclada de valores das culturas romana e cristã. A ambivalência em sua formação mostrou-se presente nos princípios estabelecidos por ele para a prática da educação.

Princípios Romanos e Cristãos na Educação Agostiniana

As etapas da experiência, no campo da educação, de Santo Agostinho estão vinculadas a um período em que o Estado romano, que outrora controlava a educação, começa a perder espaço para a Igreja (CAMBI, 1999). Mesmo com a decadência do Estado, Santo Agostinho pode fazer uso da educação oferecida por este, principalmente no campo da retórica. A outra fonte de sua formação foi o próprio lar, onde sua mãe procurou inculcar nele alguns pressupostos da doutrina cristã. Destarte, o contexto da educação agostiniana está relacionado a duas práticas educacionais distintas: a romana e a cristã.

A educação romana, normalmente é caracterizada por seu aspecto prático, visando à formação do cidadão romano. A visão prática do romano mostrava-se adequada na busca de instrumentos para a obtenção de sucesso na vida pública. Para aqueles que desejavam trilhar esse caminho e para o romano, de um modo geral, a oratória era um instrumento bastante eficaz, inclusive no período de formação de Santo Agostinho. Os meandros da oratória foram dominados por ele, que dela fez uso na profissão e na pregação da doutrina cristã (HUBERT, 1976).

Segundo Monroe, havia um viés moral na educação romana, viés esse, pautado em virtudes como obediência, coragem, prudência e honestidade. Essas virtudes são típicas de um povo voltado para conquistas e para uma vida social correta, ou seja, respeitando as normas propostas por essa sociedade. A soma dessas virtudes resulta em um cidadão determinado em alcançar seus objetivos,

tomado por um espírito de dever para com o Estado, sendo-lhe fiel servidor (MONROE, 1978).

Dessas características da educação romana, Santo Agostinho, nela formado, fez uso em profusão. Da retórica fez sua profissão, na condição de professor, e dela fez uso enquanto pregador e escritor. Do espírito de dever para com o Estado, fez a meta de sua vida, porém, não do Estado terreno, mas da cidade celeste, governada por Deus, com valores distintos dos da cidade terrena.

Como visto, as virtudes sociais ocupavam papel de destaque na formação do cidadão romano. No cristianismo, ser virtuoso também era fundamental. No entanto, as virtudes sociais cedem lugar às virtudes teológicas: fé, esperança e caridade (MONROE, 1978).

Sciacca, seguindo os divulgadores da doutrina cristã que o antederam, entende que o modelo dessas virtudes é Jesus Cristo, que com sua vida e pregação vem trazer, literalmente, a Boa Nova. O que se tem de novo na mensagem de Jesus? Nascido e educado na tradição judaica, ele sabia muito bem do aspecto legalista desse povo, que era fiel a uma lei antiga, a Lei de Talião², mais conhecida pela frase que a representa: “olho por olho, dente por dente.” Se por um lado essa lei expressa justiça, uma vez que condiciona a pessoa prejudicada a limitar o reparo na medida do dano recebido, por outro lado não trabalha com a possibilidade do perdão, e o causador do dano, normalmente era tido como inimigo. É justamente nesse quesito que Cristo inova, pois se os quatro evangelhos pudessem ser resumidos em duas palavras, elas seriam amor e perdão, e de forma incondicional, como exigia Cristo àqueles que desejavam segui-lo (SCIACCA, 1966).

Os valores que até então, foram defendidos pelos cidadãos romanos passam a ser desprezados, e virtudes, antes pouco apreciadas, passam a ter a conotação de ideal de vida, como a humildade, por exemplo. Nas *Bem-Aventuranças*, presentes no evangelho de Mateus (5: 1-10), Jesus Cristo dá à felicidade uma conotação diferente. O ideal de homem, agora, não é mais o sábio, o filósofo ou o cidadão correto. O ideal de homem, mirando a felicidade na parusia, passa a ser o misericordioso, o manso de coração, o que sofre, o que tem um coração puro e fome de justiça.

Segundo Sciacca, além dos valores enaltecidos por Jesus Cristo, uma virtude foi fundamental na elaboração dos princípios educacionais no cristianismo primitivo, a caridade (SCIACCA, 1966). A caridade, complemento do amor e do perdão, é

descrita por Paulo de Tarso na primeira carta aos Corintos (13: 1-13), quando afirma que qualquer dom que homem possuir, se não for acompanhado da caridade, de nada vale, e descreve a caridade como paciente, prestativa, destituída de orgulho, egoísmo e rancor. Essas qualidades são exatamente as descritas por Cristo nas *Bem-Aventuranças*.

Outra novidade que o cristianismo traz é de que o reino de Deus é para todos: homem, mulher, pobre, rico, doutor, ignorante, enfim, todos. Ante os olhos de Deus, todos têm o mesmo valor. Toda forma de segregação, tida como normal nas sociedades greco-romanas, cai por terra e perde sentido com a Boa Nova (SCIACCA, 1966).

A radicalidade nas mudanças que o cristianismo trouxe, exigiu uma educação moldativa e formativa. Moldativa, porque apresentou um novo modelo de homem, fundamentado na pessoa de Cristo. Formativa, pois para que se possa transformar o homem velho no homem novo seria preciso uma formação dirigida, que o conduzisse a uma nova forma de ser e agir (CAMBI, 1999).

Tendo Cristo como modelo, a pedagogia cristã não poderia se distanciar de seu mestre, para que fosse minimamente coerente com sua origem e inspiração. Segundo Santo Agostinho, como representante de Cristo na terra, a Igreja tem a responsabilidade de passar os valores novos que Cristo trouxe a todas as pessoas (SANTO AGOSTINHO, 2002). Dessa forma, a educação cristã passa a ter a obrigação de se fundamentar em alguns princípios, que são assim descritos por Luzuriaga:

- 1) Reconhecimento do valor do indivíduo como obra da divindade.
- 2) Superação dos limites de nação e estado e criação da consciência universal humana.
- 3) Fundamentação das relações humanas no amor e na caridade.
- 4) Igualdade essencial de todos os homens, seja qual for a posição econômica ou classe social.
- 5) Valorização da vida emotiva e sentimental sobre a puramente intelectual.
- 6) Consideração da família como a mais imediata comunidade pessoal e educativa.
- 7) Desvalorização da vida terrena presente ante o além, e, portanto, subordinação da educação à vida futura.

- 8) Reconhecimento da Igreja como órgão da fé cristã e, logo, como orientadora da educação (LUZURIAGA, 1977, p. 70).

Santo Agostinho, na condição de seguidor e defensor do cristianismo, levou em conta esses princípios ao elaborar seus princípios de educação. Porém, além de cristão ele também era cidadão romano. Por isso, acabou representando uma síntese da educação romana e da educação cristã, pois usou a oratória como instrumento de suas pregações e a parusia como meta de suas ações. Alicerçado nessas duas práticas educacionais, ele elaborou os fundamentos de sua visão de educação.

Princípios da Educação Agostiniana

Para falar da educação agostiniana há a necessidade de se fazer uma divisão entre os dois períodos de sua vida: o da pré-conversão e o da pós-conversão. O primeiro período foi marcado pelo desejo de se alcançar as benesses comuns a um cidadão romano de então: honraria, fama e dinheiro. Por isso, pode-se chamar essa primeira fase de imanente, pois estava voltada para os bens presentes e aos interesses mundanos.

A segunda fase, o da pós-conversão, mostra um Santo Agostinho voltado para as determinações divinas, tendo por base uma perspectiva salvífica³. Por isso, suas metas educativas transcendiam às necessidades voltadas para o horizonte ôntico, colocando o homem numa perspectiva de santificação. É a passagem do exterior para o interior (PEREIRA MELO, 2010).

Na primeira fase ele buscava privilegiar o trabalho com pessoas mais preparadas intelectualmente. Na segunda foram contemplados, também, os humildes e ignorantes. Se a primeira dava suporte para a preparação do cidadão terreno, a segunda auxiliava na estruturação do cidadão celeste, a partir de um processo de santificação, para reaproximar de Deus aquele que se afastou d'Ele pelo pecado. Essa santificação era fundamental para a vida junto com Cristo na cidade celeste (PEREIRA MELO, 2010).

Estabelecidas as fases da educação agostiniana, cabe apresentar alguns de seus princípios. Dos princípios da educação cristã, apresentados por Luzuriaga, cinco deles estão presentes nos princípios da educação agostiniana: o reconhecimento do valor do indivíduo como obra de Deus; a fundamentação das

relações humanas no amor e na caridade; a valorização da vida emotiva e não somente a intelectual; a desvalorização da vida terrena e o direcionamento para a parusia; o reconhecimento da Igreja como órgão da fé cristã. Soma-se, a esses princípios um outro, vindo de Paulo de Tarso, que era fundamental para ele, o de que Cristo é o mestre, e por ele e nele se encontra a verdade.

Por sua importância, a primeira abordagem é sobre a certeza que o teólogo tinha de que Cristo é o Mestre. Em *De Magistro* (Do Mestre), o título já sugere o que Santo Agostinho pensava sobre o tema, que é a certeza de que há um único mestre, Cristo. Um dos argumentos utilizados para defender esta tese, outrora defendida por antecessores do teólogo, é de que não se aprende pelo simples contato com as palavras, como normalmente se convencionou afirmar. Para ele, as palavras por si só nada dizem. Por isso, não é pela voz de quem fala, que só expressa palavras, que se aprende, mas quando consultamos nosso interior é que encontramos a compreensão, pelo mestre que ensina. Esta concepção agostiniana está, assim, expressa em *De Magistro*:

No que diz respeito, a todas as coisas que compreendemos, não consultamos a voz de quem fala, a qual soa por fora, mas a verdade que de dentro de nós preside a própria mente, incitados talvez pelas palavras e consultá-la. Quem é consultado ensina verdadeiramente, é este Cristo que habita, como foi dito, no homem interior. (SANTO AGOSTINHO, 1984, p. 319).

Esse processo de aprendizagem não tem um mecanismo simples. Ele se aproxima da maiêutica socrática, onde o mestre era uma espécie de parceiro de ideias, um vez que estas já estariam na alma do homem, herança de sua vida no Hades, antes da encarnação. Para Santo Agostinho, o homem tem capacidade intelectual, porém, ele não aprende pelas palavras que lhe são expressas, mas “[...] o intelecto humano exerce atividade intelectual quando o homem confere o que vê, escuta, lê ou pensa com a verdade inteligível que está na sua mente, apresentada por Deus” (NUNES, 1978, p. 221). Diferentemente de Sócrates, o mestre de Tagaste, não acreditava que o intelecto teria condições de realizar a reminiscência, pois assim teria que aceitar a teoria da preexistência das ideias e da reencarnação. Como cristão que era, isso seria inconcebível. Para ele, o conhecimento é um ato presente, concedido exclusivamente por Deus.

Se é certo que Deus habita o interior do homem e Ele é o Mestre, seria perda

de tempo buscar o conhecimento por qualquer meio externo, pois percorreria o caminho inverso de onde o conhecimento se realiza, que é em e por Deus, e o caminho para Deus é o interior do homem: “Não saias de ti, mas volta para dentro de ti mesmo, a verdade habita o coração do homem (SANTO AGOSTINHO, 1987, p. 106). Deus é a luz⁴, e é aquele que permite e possibilita ao homem conhecer. A partir dessa premissa seria razoável inferir que todas as pessoas teriam o mesmo grau de conhecimento, ao que Santo Agostinho rebate dizendo que, se por um lado Deus é a luz do espírito e fonte do saber, por sua vez, é o homem que tem o olhar para o entendimento, e segundo o teólogo, a capacidade de “visão interna” de cada um é diferente (SANTO AGOSTINHO, 1995).

Qual seria, então, o papel do professor no processo do conhecimento? Para o teólogo, ele seria o instrutor, uma espécie de intermediário e facilitador entre aquele que busca o conhecimento e a sua fonte. Definido o professor como instrutor, Santo Agostinho preocupou-se em esclarecer se a instrução é um bem ou não, uma vez que se pode instruir rumo ao equívoco. Em *O Livre Arbítrio*, ele mostrou-se convicto de que instruir é um bem, porém “[...] há duas espécies de instrução: uma que ensina a praticar o bem, e outra a praticar o mal” (SANTO AGOSTINHO, 1995, p. 27). Para ele, mesmo quando ao instruir se falar sobre o mal, esse é um ato positivo, pois ensina como evitar o mal, e não um convite a praticá-lo. Mesmo que o instruir não faça parte dos princípios agostinianos de educação, ele via na instrução, um instrumento eficaz na busca e no alcance do conhecimento.

Quanto ao princípio do reconhecimento do indivíduo como obra divina, o mestre de Tagaste fez uma explanação esclarecedora em *O Livre Arbítrio*, onde buscou demonstrar que o homem pecou por conta própria, e não por uma falha divina no ato de criá-lo. Assim sendo, mesmo com o pecado, o homem continua sendo importante, pois ele representa o ápice da criação divina, é ele aquele que mais se aproxima do seu criador, uma vez que foi feito à sua imagem e semelhança. Para o teólogo, essa imagem do homem tem que ser lembrada nas instruções cristãs, sempre reforçando a idéia de que se deve odiar o vício, jamais o homem (SANTO AGOSTINHO, 1990).

No que se refere à troca do intelectualismo por valores mais próximos aos dos cristãos, Santo Agostinho não precisou buscar em nenhuma fonte fora de sua própria experiência de vida, onde, parte dela, viveu sob a égide do intelectualismo. A sua conversão acabou se tornando um marco que estabeleceu um redirecionamento

de seu olhar para outros valores, tendo por meta a parusia. Esse novo olhar exigiu uma postura radicalmente diferente da que ele tinha em sua relação com os bens terrenos, que lhe foram tão caros no passado. Ao descobrir Deus como a Verdade, não fazia mais sentido se prender àquilo que o distanciava d'Ele. Cabe, aqui, a mesma pergunta que Platão fez, através de Sócrates, no mito da caverna: “[...] não preferirá mil vezes ser um simples criado de charrua, a serviço de um pobre lavrador, a sofrer tudo no mundo, a voltar às antigas ilusões e viver como vivia?” (PLATÃO, 2000, p. 227). Tanto para Platão como para Santo Agostinho, aquele que conheceu a verdade, jamais desejaria voltar para o ilusório.

Além de estabelecer princípios que fundamentariam a ação instrutiva, Santo Agostinho teve o cuidado de apresentar algumas sugestões de como exercer essa prática com a maior eficiência possível, fazendo com que esse ato fosse agradável e proveitoso para as duas partes, o instrutor e o instruído. Para isso estabeleceu algumas regras que poderiam auxiliar no ato de instruir, colocando a caridade como mola mestra deste agir.

Sugestões agostinianas para a instrução

O ponto de partida de quem busca a instrução ou o ensinamento, é a procura da compreensão do significado de um determinado objeto. Por isso, antes de expor sobre como instruir, o teólogo colocou como indispensável para a compreensão, a necessidade de se crer. Santo Agostinho, tomando emprestadas as palavras do profeta Isaias, afirmou: “[...] se não crerdes não entenderéis” (SANTO AGOSTINHO, 1995, p. 79). Para ele, a fórmula completa para o entendimento está em crer e buscar em Deus o entendimento, pois n'Ele reside a verdade.

Ao se buscar o entendimento de algo, há de se levar em consideração três fatores: o sujeito que irá intermediar o entendimento, o objeto de entendimento e aquele que alcançará o entendimento.

O primeiro fator, isto é, o sujeito que articula o entendimento, foi muito lembrado por Santo Agostinho em suas instruções de oratória, principalmente as dirigidas ao orador cristão. Em *A Doutrina Cristã* ele apresentou três metas essenciais para que o orador consiga se expressar com sabedoria e eloquência, “[...] que consistem em fazer-se escutar com atenção, com prazer e com docilidade” (SANTO AGOSTINHO, 2002, p. 268).

Ao mesmo tempo em que ele aponta o caminho para o sucesso do bom orador, também se mostra preocupado com aquele que ouve. Por esse motivo enfatiza que não basta ter a atenção daquele que ouve, é preciso despertar nele o prazer para aquilo que ouve.

Nas sugestões dadas por Santo Agostinho para a prática do instruir, em momento algum ele aponta o caminho da força para que se tenha a atenção do ouvinte, seja ele aluno ou um fiel. O que ele sugere é de que a aprendizagem se dê “[...] em uma atmosfera de amor” (WILLS, 1999, p. 47). É a busca pela empatia, e não pelo amedrontamento, na tentativa de se alcançar a aprendizagem.

Para ter sucesso, no intento de cativar o ouvinte e despertar nele o prazer em aprender, cabe ao mestre mostrar satisfação com aquilo que faz:

O fato é que somos ouvidos com maior prazer quando a nós mesmos agrada o nosso trabalho: o fio da nossa educação é tocado pela alegria e desenvolve-se mais fácil e mais inteligível. [...] A grande preocupação reside na maneira de narrar, para que aquele que catequiza, quem quer que seja o faça com alegria. (SANTO AGOSTINHO, 1973, p. 37).

Esse tipo de conduta do orador ocasionaria uma espécie de simbiose, onde as partes sairiam satisfeitas e realizadas naquilo a que se propuseram alcançar. O segredo estava na troca da truculência da violência pela atração desencadeada pelo prazer da ação educativa.

Para chegar a esse padrão de comportamento para com seu ouvinte, professor e pregador deveriam ter sempre em mente de que Cristo é o Mestre, e a caridade deveria ser norteadora da ação instrutiva e desencadeadora do amor entre as partes envolvidas no processo do ensino e da aprendizagem (SANTO AGOSTINHO, 1987). Herança da tradição paulina, a caridade simboliza a alteridade em seu sentido mais amplo, que é do homem novo que busca “[...] dar-se, empenhar-se, prodigar-se até ao sacrifício pelos próprios semelhantes” (SCIACCA, 1966, p. 223). Nesse novo contexto, o homem abre mão de suas aspirações de promoção pessoal e volta-se para seu semelhante com um amor incondicional, capaz de suplantar qualquer desânimo ou reserva por parte do instrutor (SANTO AGOSTINHO, 1973).

Para Hannah Arendt, o conceito de caridade em Santo Agostinho transcende o horizonte ôntico. Ao contrário de *cupiditas* (cobiça), que é o falso amor, e que

prende o homem ao mundo, a *caritas* (caridade) é o amor que almeja a eternidade. Sobre o aspecto prático de um e de outro, Arendt, assim se expressa:

Caridade e cobiça diferenciam-se pelo objecto que visam. Descrevem desde logo a pertença a qualquer coisa e não à atitude, o *habitus*. O homem é aquilo que se esforça por atingir. O amor é a mediação entre o que ama e aquilo que ama; o que ama nunca está isolado daquilo que ama, isso pertence-lhe. O desejo daquilo que é da ordem do mundo é mundano, pertence ao mundo. O que cobiça decidiu ele próprio, através de sua cobiça, a sua corruptibilidade, enquanto a caridade, visto que tende para a eternidade, torna-se ela própria eterna (ARENDR, 1997, p. 25).

A partir desse conceito de caridade, esta, a caridade, se enquadra não só como uma determinação no magistério agostiniano, pois ela é um meio para a boa execução deste, mas como um princípio também, uma vez que é princípio básico da educação agostiniana. É o argumento defendido por Paulo de Tarso, na primeira carta aos Coríntios, de que sem a caridade nenhum dom tem valor. O professor que tem a caridade como princípio de sua ação, não só está bem respaldado, como sinaliza qual cidadania escolheu, a celeste.

Estabelecidos os princípios para a ação pedagógica, Santo Agostinho, fazendo uso de sua experiência no campo da oratória, deu dicas para aqueles que se propunham a transmitir os ensinamentos da doutrina cristã. Para ele, a regra de ouro para um bom orador é ter a oração e a sabedoria acima da eloquência. Ele deve orar por ele e por quem o ouve. Mesmo com o cuidado de orar antes de pronunciar sua fala, é possível que haja entre os ouvintes, pessoas com sérias limitações de entendimento. Essas pessoas, segundo o teólogo, não devem ser ignoradas, mas deve-se ter um cuidado especial para que elas também aproveitem da pregação ou mesmo da aula (SANTO AGOSTINHO, 1973).

Àqueles que têm dificuldade em acompanhar o que está sendo falado, Santo Agostinho sugere que orador desça o nível da fala até sua possível compreensão. Mesmo que para isso tenha que falar mais compassadamente, e numa linguagem factível de compreensão a estes que demonstram dificuldade maior que os demais para acompanhar e entender a pregação da doutrina cristã (SANTO AGOSTINHO, 1973).

Para o mestre de Tagaste, ao fazer uso de tal estratégia, o orador corre o risco de se aborrecer com essas pessoas, mas quando isso acontecer, a solução é

simples, ser paciente. A motivação para a paciência, segundo Santo Agostinho, reside na possibilidade da surpreendente aprendizagem, e diz: “[...] agora, no entanto não se renova o nosso prazer pelo prazer de sua surpresa?” (SANTO AGOSTINHO, 1973, p. 59). Quando o conhecimento se dá, o aborrecimento dá lugar à alegria da conquista para aquele que menor possibilidade tinha de alcançá-la. Por isso, mais eficiente que envergonhar o aluno, expondo sua dificuldade, é ter a paciência necessária para que ele alcance a mesma alegria daqueles que já haviam compreendido o teor do ensinamento.

Sua experiência no púlpito lhe dava a certeza da diversidade de pessoas. Diante deste fato, ao passar sugestões para a instrução aos catecúmenos Santo Agostinho diz:

[...] posso eu mesmo testemunhar que me impressiono diferentemente ao ver diante de mim para serem catequizados o erudito, o tímido, o cidadão, o estrangeiro, o rico, o pobre, o civil, o magistrado, o poderoso, o representante desta ou daquela família, desta ou daquela idade, ou sexo, desta ou daquela seita, partindo deste ou daquele erro vulgar. [...] E apesar de que a mesma caridade se deve a todos, a todos não se aplica o mesmo remédio. (SANTO AGOSTINHO, 1973, p. 67).

Apesar desta ser uma indicação básica para um orador minimamente preparado, Santo Agostinho lembrou aos catequistas e educadores de que para cada tipo de pessoa se aplica um tipo de mensagem. A experiência como professor de retórica, dava-lhe autoridade suficiente para afirmar que a instrução, na dose certa e de maneira adequada, tende a funcionar. Aliado à sua experiência estava o desejo de dirimir a ignorância daqueles menos preparados e menos instruídos sobre a doutrina cristã.

Caso aquele que buscasse a instrução, mesmo cercado de boa vontade em aprender, mostrar-se entediado com a fala do instrutor, dizia Santo Agostinho que o orador deveria utilizar-se de todo subterfúgio para recuperar a atenção deste que buscou o conhecimento da verdade (SANTO AGOSTINHO, 1973). Sendo assim, para ele, para que se tenha efeito positivo no alcance da verdade revelada pelas escrituras (judaico-cristãs) é preciso que o orador seja paciente, sensível às diferenças e preparado para sua missão, para que consiga, com seu ofício, ensinar, convencer e agradar. Porém, Santo Agostinho foi irredutível em seu princípio de que mais do que a palavra pronunciada, o que mais convence é o exemplo, pois o

pregador tem que ser um modelo para seus fiéis. Aliado ao exemplo está o conteúdo a ser ministrado pelo orador (SANTO AGOSTINHO, 2002).

Considerações finais

Santo Agostinho soube tirar proveito da dualidade na sua formação educacional. Da retórica romana tirou a base para suas aulas, enquanto professor, e para suas pregações, enquanto bispo. Do cristianismo tirou, com base na doutrina paulina de caridade, o espírito altruísta, que o colocou sempre atento à necessidade de aprendizagem dos mais variados tipos de pessoas. Essa sensibilidade para com o outro foi fundamental para que o bispo de Hipona lograsse êxito, tanto no seu papel de professor, como de pregador cristão.

Notas

* José Joaquim Pereira Melo é doutor em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e pós-doutor em História da Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007). Atualmente é Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá – UEM e do programa de Pós-Graduação em Educação dessa universidade. E-mail: jjpmelo@hotmail.com

** Walmir Ruis Salinas possui graduação em filosofia pela PUC- PR e mestrado em educação pela UEM. Atualmente é professor da UNESPAR/Fecilcam – Câmpus de Campo Mourão. E-mail: walmir.salinas@gmail.com

¹ O texto deste artigo é uma adaptação de dissertação de mestrado intitulada *A docilização do corpo em Santo Agostinho a partir de sua educação doutrinária*.

² A Lei de Talião teria sido criada por Javé, como critério de justiça nas punições àqueles que causaram algum dano, de qualquer ordem, a qualquer pessoa.

³ Para Monroe, não é apenas Santo Agostinho que tem esse caráter salvífico em sua doutrina educacional. Para ele o cristianismo trouxe uma nova perspectiva para educação, que passa dos interesses naturais e de tudo que estava ligado ao mundo para a preparação para um momento futuro, ou seja, a parusia (MONROE, 1978).

⁴ A ideia de Deus como fonte de luz para o conhecimento do homem está baseada na teoria da iluminação de Santo Agostinho. Para ele a alma está contaminada pelas paixões, o que impede o homem de ver a Verdade. Para vencer a escuridão, provocada pelas paixões, está Deus como luz que permite ao homem ver a Verdade, que é o próprio Deus (SANTO AGOSTINHO, 2000). Tomando a imagem criada por Platão, Santo Agostinho afirma que Deus ilumina, mas cabe ao homem enxergar. Por isso é imprescindível que o homem mantenha a sua visão interna em boas condições. Desta forma, é imperativo: “[...] Uma fuga completa das coisas sensíveis. [...] É necessário que estejam íntegras e perfeitas para voar das trevas à luz, esta que não se mostra aos encarcerados na prisão do corpo, a não ser quando dele nos libertamos” (SANTO AGOSTINHO, 1995, p. 57). Por esse motivo é que o teólogo insiste na necessidade do homem romper com os bens terrenos e as paixões que estes despertam, pois assim o fazendo cria condições de contemplar a Verdade, e ver a luz.

Referências

ARENDDT, Hannah. **O Conceito de amor em Santo Agostinho**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

BÍBLIA. Português. **A bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulinas, 1980.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1993.

HUBERT, René. **História da pedagogia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 9. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

MONROE, Paul. **História da educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

NUNES COSTA, Marcos Roberto. **Santo Agostinho: um gênio intelectual a serviço da fé**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

PEREIRA MELO, José Joaquim. Santo Agostinho e a educação como fenômeno divino. **Revista Educação e filosofia**, Uberlândia, v. 24, n. 48, jul./dez. 2010, p. 409-434.

PLATÃO. **República**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

SANTO AGOSTINHO. **A cidade de Deus**. Petrópolis: Vozes, 1990.

SANTO AGOSTINHO. **A doutrina cristã**. São Paulo: Paulus, 2002.

SANTO AGOSTINHO. **A verdadeira religião**. São Paulo: Paulinas, 1987.

SANTO AGOSTINHO. **A vida feliz**. São Paulo: Paulinas, 1993.

SANTO AGOSTINHO. **De magistro**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SANTO AGOSTINHO. **Instrução dos catecúmenos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

SANTO AGOSTINHO. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995.

SCIACCA. **O problema da educação**. São Paulo: Herder, 1966.

WILLS, Garry. **Santo Agostinho**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

Recebido em: novembro de 2012.

Aprovado em: março de 2013.